

Europa teme instabilidade política

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — No momento em que o ministro Bresser Pereira reinicia nos EUA um diálogo interrompido com a comunidade financeira internacional, aqui na Europa representantes de importantes bancos envolvidos com a dívida brasileira lembram que o problema não é tanto a audiência reservada ao ministro da Fazenda pelos banqueiros, mas, sim, o da incerteza em relação ao futuro político imediato do País. Neste aspecto a convenção do PMDB do último fim de semana em nada contribuiu para dirimir dúvidas.

O fato de o PMDB nada ter decidido em relação à forma de governo ou duração do mandato presidencial, apenas permitiu que o País perdesse um pouco mais de sua credibilidade junto a importantes setores financeiros. Essa credibilidade já estava mui-

to comprometida por alguns escândalos na área financeira, inclusive o do Banespa, envolvendo um dos principais estabelecimentos de crédito brasileiro. A comunidade bancária européia, particularmente a francesa, está convencida de que, se o ministro Bresser Pereira e, principalmente, o presidente José Sarney não conseguirem um amplo apoio político para o Plano Macroeconômico que servirá de base para as futuras negociações internacionais, dificilmente poderão obter bons resultados.

DÚVIDAS

O Plano prevê metas para os próximos cinco anos, mas os banqueiros não estão convencidos de que o atual governo possa sobreviver para garantir sua execução futura. Esse é talvez o grande obstáculo, de ordem política, que o ministro Bresser Pereira vai encontrar nas suas conversações. Por essa razão, seus primei-

ros contatos nos EUA são considerados mais políticos do que propriamente econômicos.

Tecnicamente, o novo programa é considerado muito mais próximo do ajuste econômico desejado pela comunidade financeira e mesmo a pretensão do País de voltar a obter um superávit comercial anual de US\$ 10 bilhões não chega a ser considerado uma meta irrealista. Os credores acreditam até que o excedente comercial previsto para 1987 poderá permitir ao País fechar o ano sem precisar recorrer a novos empréstimos. Mas, para isso, ninguém tem dúvida de que a moratória terá que ser mantida nos próximos meses, evitando-se o pagamento de juros da dívida, além de US\$ 1 bilhão que o País deveria reembolsar ao FMI este ano.

E por isso que se prevê também que as negociações serão longas, devendo durar até o final do ano.